CISION

Diário Económico

ID: 29451568

26-03-2010

Tiragem: 24843
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 38
Cores: Cor
Área: 26,55 x 30,94 cm²
Corte: 1 de 3

Banca contesta urgência da reforma da supervisão

António de Sousa defende que mudança não é prioritária e lembra que não há modelos perfeitos para evitar crises.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

A intenção do Governo de alterar o modelo de supervisão financeira português, passando da actual moldura tripartida para uma estrutura "twin peaks" está longe de ser urgente ou uma prioridade. António de Sousa diz que a reforma proposta pelas Finanças "não parece de todo prioritária".

O presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), que hoje promove em Lisboa uma conferência sobre a nova arquitectura financeira na UE, defende que não é a adopção de um ou outro modelo que evitará uma nova crise financeira. A passagem para o modelo "twin peaks" passa por agrupar no Banco de Portugal a supervisão prudencial e numa nova entidade a parte comportamental, deixando de existir o actual sistema triplo, com BdP, CMVM e ISP.

"Houve problemas graves no sistema bancário com qualquer um dos sistemas; não é o sistema que resolve o problema das crises bancárias", assegura. O presidente da APB lembra as muitas alterações na regulação do sector financeiro, em Bruxelas e no Comité de Basileia, que merecem a atenção da banca nacional, temendo o "ruído" que esta reforma possa causar nesse processo. António de Sousa explica, no entanto, que o sector se adaptará ao que for feito, tal como manifestou às Finanças, durante a consulta pública. "Podemos conviver com o novo modelo; achamos que o actual modelo era razoável mas pensamos que há aspectos positivos no novo modelo também", acrescenta.

> As novas exigências de Basileia pode resultar em "muitas centenas de milhares de euros" de reforços de capital no conjunto da banca europeia.

Mais do que apenas a alteração do modelo de supervisão financeira, ponto central das mudanças pós-crise previstas em Portugal, António de Sousa quer, no encontro de hoje, "despertar a opinião pública e quem está ligado aos mercados financeiros" para o conjunto de alterações em curso neste momento. "Queremos estar mais presentes nestes fóruns e mostrar que é necessário olhar para as realidades dos vários países", reforça.

Uma das mudanças em curso mais importante passa pelas propostas da Comissão Europeia, agora em consulta pública, que quer reforçar a solidez financeira do sector, controlar a alavancagem e garantir níveis mínimos de liquidez. António de Sousa não tem dúvidas que, fruto das maiores exigências de solvabilidade de Bruxelas, se perspectivam novos e consideráveis aumentos de capital. Aqui se inclui, por exemplo, o provável reforço do nível mínimo de core Tier One e critérios muito mais exigentes quanto aos instrumentos que contam para o cálculo deste rácio.

"Estamos a falar, a nível europeu, de muitas centenas de milhares de milhões de euros", alerta, defendendo que ou o processo é feito de forma suave e faseada ou os mercados poderão não estar preparados ou sequer dispostos a responder a essas novas e repentinas necessidades de capital da banca. Por outro lado, não podem ser ignorados, defende, os efeitos que tais medidas podem ter na economia real.

Quanto a Portugal, o responsável prefere não adiantar as estimativas da APB. "Estar a falar de números que apareçam em grandes manchetes só assusta as pessoas; pode ser que não seja tanto", diz. Tudo dependerá do que, em definitivo, vierem a ser as novas exigências de Basileia. ■

Um sector financeiro mais sólido

Para Elisa Ferreira não há margem para dúvidas. "Há uma mudança que tem de ocorrer; é preciso criar condições de maior robustez no sistema; isso só pode acontecer com rácios de capital sólidos, uma redução do 'leverage', uma supervisão melhor e bancos mais transparentes", diz a deputada. No entanto, para a relatora do Parlamento Europeu para a gestão de crises bancárias é claro que não há milagres. "Temos de ser muito realistas; não vamos conseguir impedir outra crise nem ter garantias de que os bancos não vão falir". O que se está a tentar é conseguir que, mesmo em períodos de turbulência, não se tenha "um tsunami". Tentar "preservar a estabilidade financeira, que não sejam os contribuintes a pagar e que os depositantes fiquem protegidos". A eurodeputada organiza com a APB a conferência de hoje sobre a nova arquitectura financeira europeia.

"Temos de ser muito realistas; não vamos conseguir impedir outra crise nem ter garantias de que os bancos não vão falir", assume a eurodeputada Elisa Ferreira.

António de Sousa teme que, em resultado da crise, se parta para um excesso de regulação.

ENTREVISTA ANTÓNIO DE SOUSA Presidente da Associação

"Bancos terão maior

O presidente da APB defende que adiamento de grandes obras podia ser mais ambicioso.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

António de Sousa não esconde o receio da maior pressão que será exercida sobre a banca em termos de capital e liquidez. Por um lado, em resultado das novas regras de Basileia que se avizinham. Por outro, pelos efeitos que a penalização das agências de 'rating' sobre Portugal terão na capacidade da banca nacional de se financiar no mercado de capitais. A actual baixa rentabilidade dos bancos nacionais tão pouco ajuda.

A penalização das agências de 'rating' sobre Portugal, confirmada esta semana, é mais um factor de pressão sobre a banca?
Por um lado, há medidas em curso que podem resultar em aumentos de capital muito substanciais. Depois, a rentabilidade dos bancos está muito abaixo daquilo que normalmente é aceite pelo mercado de capitais. Factores que podem resultar numa maior dificuldade em levantar capitais. Para além de outros como os cortes no 'rating' português.

CISION

Diário Económico

ID: 29451568

26-03-2010

Tiragem: 24843
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 39
Cores: Cor
Área: 26,16 x 31,09 cm²
Corte: 2 de 3

Paulo Figueiredo

Portuguesa de Bancos

dificuldade em levantar capitais"

Como vê esta decisão da Fitch de corte do 'rating' da República, já depois da apresentação do PEC?
Era relativamente expectável porque o 'rating' da Fitch era superior ao das outras agências. E existe uma tendência para as agências se irem equilibrando quer na descida quer na subida. Por outro lado, o défice de 2009 surpreendeu todos pela sua grandeza porque se falava em números inferiores e acabou depois por se situar nos 9,3%. Isso irá ter repercussões necessariamente. Depois, a redução para 8,3% proposta para este ano é positiva mas não é uma grande redução, o que aliás a maior parte dos países também não está a fazer. A grande questão será agora o PEC.

> "Continua ainda a haver um grande número de obras públicas que podiam ser pelo menos adiadas"

A Fitch não parece muito entusiasmada com o PEC português.
Por um lado diz bem mas depois faz vários considerandos não tão positivos. Penso que vamos continuar a estar numa situação de pressão financeira, sem dúvida. Vai depender fundamentalmente da nossa actuação mas não só. Também do que acontecer à Grécia e do que se discutir na cimeira [Cimeira Europeia] em termos de mecanismos na Europa para situações de crise financeira.

Que avaliação faz do PEC?
Não conheço suficientemente várias das medidas e é importante perceber como é que estas medidas serão passadas à prática. Do que li, concordo genericamente com as medidas. Agora há opções que continuam a existir e que acho duvidosas. Continua ainda a haver um grande número de obras públicas que podiam ser, pelo menos, adiadas. Se são úteis ou não é uma discussão em que não gosto de entrar. Agora o adiamento podia ser feito. O Estado pode até ter custos relativamente pequenos mas as empresas vão ter de se financiar e nós estamos com um problema de financiamento. Temos que olhar não só para o financiamento público mas para o da economia como um todo. Depois muitas destas medidas vão ter de ser discutidas na Assembleia da República, nomeadamente as que implicam alterações legislativas. Espero é que o processo não seja muito alongado. Percebo que sejam situações complexas, que afectam praticamente todos os portugueses. Mas os mercados financeiros não aceitarão muito bem que, uma vez discutido o PEC, depois não haja uma certa rapidez na definição exacta das políticas. Tem de ser feito com uma certa urgência porque se não a credibilidade (e penso que se ganhou alguma) com o PEC também se perde rapidamente. ■

CISION

Diário Económico

ID: 29451568

26-03-2010

Tiragem: 24843
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 8,35 x 2,93 cm²
Corte: 3 de 3

Bancos contestam urgência da reforma da supervisão

P38